

RECURSO ESPECIAL Nº 1.365.261 - MG (2013/0040012-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : JÚLIO CESAR DOS SANTOS
ADVOGADO : LEONARDO RODRIGUES DE ALMEIDA - MG089498

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquela unidade federativa.

Consta dos autos que o ora recorrido foi denunciado e pronunciado como incurso nas sanções do art. 121, *caput*, do Código Penal, tendo o Juízo sumariante consignado que (e-STJ fl. 372):

No caso dos autos, há indícios de que o acusado estava embriagado e em alta velocidade, sendo que ele não possuía carteira de habilitação e a colisão ocorreu na contramão de direção consoante o laudo pericial. Ademais, a vítima estava trafegando em outro veículo em acordo com as normas de trânsito e, inclusive de capacete, consoante o laudo pericial de ff. 61/72. Como se não fosse o bastante, as testemunhas ouvidas indicam, em tese, que o acusado estava mais preocupado com os danos ao seu veículo do que com a pessoa que atingiu.

Assim, tais circunstâncias indicam que o acusado, em tese, assumiu o risco de produzir o acidente e causar a morte da vítima, o que configura o dolo eventual, nos termos da parte final, inciso I, do artigo 18 do Código Penal.

Portanto, diante da possibilidade de o Conselho de Sentença decidir pela tese esboçada na denúncia, no sentido de que o acusado praticou um crime de homicídio doloso, ainda que na condução de veículo automotor, ao assumir o risco de produzir o acidente e causar a morte da vítima, não vejo como absolvê-lo sumariamente, neste momento, ou desclassificar a conduta para crime diverso da competência do Júri, em razão da ausência de dolo eventual.

Irresignada, a defesa interpôs recurso em sentido estrito, ao qual o Tribunal de origem deu provimento nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 432):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - HOMICÍDIO NO TRÂNSITO - DOLO EVENTUAL OU CULPA CONSCIENTE -

CRITÉRIOS - ANÁLISE DO CASO CONCRETO -
DESCCLASSIFICAÇÃO OPERADA AO JUÍZO SINGULAR -
RECURSO PROVIDO. I - O art. 413 do Código de Processo Penal
supõe, para a pronúncia, a existência de indícios de autoria e
materialidade. Contudo, o fato é que a competência constitucional
acometida ao Tribunal do Júri é restrita e taxativa, o que impõe ao
Juízo Sumariante o dever de verificação das condições a lhes darem
sustentação. Ausente prova irretorquível da intenção homicida do réu,
a dúvida, ainda que existente, deve militar em seu favor, pois o dolo na
conduta não se presume. II - Segundo ensinamento do Mestre Nelson
Hungria, enquanto no dolo eventual o agente presta anuência ao
advento do resultado, preferindo arriscar-se a produzi-lo, ao invés de
renunciar à ação, na culpa consciente, ao contrário, o agente repele,
embora inconsideradamente, a hipótese de superveniência do
resultado, e empreende a ação na esperança ou persuasão de que este
não ocorrerá.

Os embargos de declaração opostos não foram acolhidos (e-STJ fls.
454/456).

Dá a interposição deste recurso especial, no qual o *Parquet* alega
negativa de vigência ao art. 413, § 1º, do Código de Processo Penal.

Sustenta que, "em sendo a sentença de pronúncia um juízo de
admissibilidade e não de certeza, onde impera o princípio *in dubio pro societate*, ela deve
prevalecer mesmo quando existirem dúvidas concernentes ao elemento subjetivo que norteou
a conduta criminosa praticada pelo agente" (e-STJ fl. 468).

Destaca que "o contexto fático delineado no acórdão combatido permite
concluir que o acidente era de previsibilidade patente, tendo o agente atuado com dolo
eventual, pois, se não pretendeu diretamente causar o resultado morte, no mínimo, aceitou a
possibilidade de produzi-lo" (e-STJ fl. 472).

Contrarrazões às e-STJ fls. 494/501.

Intimado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não
conhecimento do recurso e, caso dele se conheça, pelo seu provimento (e-STJ fls. 518/526).

É o relatório.

Decido.

O apelo extremo não deve ultrapassar a admissibilidade.

O acórdão recorrido decidiu desclassificar a conduta do recorrido para o crime de homicídio culposo com base nos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 432/442):

Ora, pelo que se extrai da prova carreada aos autos, não se vislumbra, na espécie, suficientes indícios da presença do dolo eventual na ação desenvolvida pelo réu.

Em face do quadro contido no processo, até mesmo pela palavra de testemunhas de viso, não se pode admitir que o acusado concordasse, ou até mesmo desejasse, matar alguém em uma rodovia. Inexistindo *animus necandi*, não há falar-se em homicídio doloso.

O depoimento de Olair Batista de Lima permite a interpretação de que o réu não pretendia aquele resultado, embora certa a previsibilidade, em face das irregularidades por ele praticadas - contramão direcional, ausência de carteira de motorista, afronta às regras de trânsito:

"(...) o acusado estava na contramão, mas não estava em alta velocidade (...)" (fls. 224).

Mesmo tendo reprováveis condutas - como, em tese, ter ingerido bebida alcoólica antes de dirigir, segundo as testemunhas -, elas não têm o condão de afirmar que o increpado estava desejando - ou até mesmo não se importando se isso ocorresse - matar outrem, na condução do veículo.

É certo que o fato de não ter demonstrado arrependimento com o lamentável episódio, isto segundo as testemunhas, e até mesmo por nada ter dito em Juízo, não socorre o recorrente, mas não restou demonstrado, pelo quadro dos autos, que ele queria o resultado morte.

Ausente prova irretorquível da intenção homicida do réu, a dúvida, ainda que existente, deve militar em seu favor, pois o dolo na conduta não se presume.

Na verdade, o art. 413 do Código de Processo Penal supõe, para a pronúncia, a existência de indícios de autoria e materialidade. Contudo, o fato é que a competência constitucional acometida ao Tribunal do Júri é restrita e taxativa, o que impõe ao Juízo Sumariante o dever de verificação das condições a lhes darem sustentação.

Assim, não me parece possível a imposição de dolo eventual sem que se possa declinar condições fáticas a justificara qualificação do crime de trânsito desta forma, e a prova dos autos, com o devido respeito ao entendimento em contrário, não nos traz dados firmes sobre uma vontade do réu em provocar o terrível resultado.

Dessarte, não podendo se vislumbrar nenhuma condição capaz de justificar a submissão do presente caso ao Tribunal do Júri, uma vez

que não configurada a condição essencial dolosa da ação a admitir a competência para julgamento popular, impõe-se, por conseguinte, a desclassificação para o tipo do art. 302 do CTB, submetendo-se o acusado ao julgamento pelo Juízo singular. (Grifei.)

Assim, após extensa análise probatória, o Tribunal *a quo* concluiu que as circunstâncias imputadas ao acusado não seriam suficientes para o reconhecimento do dolo eventual. Nesse sentido, consignou que, "não tendo o acusado aceitado o resultado como possível, não aderindo a ele sua vontade, é de se concluir pela configuração da culpa consciente, devendo o réu ser responsabilizado pelo delito de homicídio culposo, nos termos do art. 302 do CTB, com as causas de aumento pertinentes" (e-STJ fl. 442).

Diante do que consta no acórdão recorrido, não é possível infirmar essa conclusão, de modo a determinar que o recorrido seja submetido a julgamento perante o júri pela prática do crime de homicídio simples cometido mediante dolo eventual, sem o efetivo revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice prescrito pela Súmula n. 7/STJ.

A propósito:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO E LESÕES CORPORAIS. DESCLASSIFICAÇÃO PARA A MODALIDADE CULPOSA. REVERSÃO DO JULGADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O acolhimento da pretensão do Ministério Público, para concluir pela existência de dolo na conduta os agentes, demanda necessário reexame das provas dos autos, por implicar alteração das premissas fáticas fixadas na origem, sendo, portanto, vedada no âmbito do recurso especial, em razão do óbice consubstanciado na Súmula 7 do STJ.

2. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 853.298/RN, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 02/02/2017.)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. HOMICÍDIO QUALIFICADO POR RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. COLISÃO NO TRÂNSITO. RECLASSIFICAÇÃO PARA HOMICÍDIO CULPOSO. ART. 302

DO CTB. DESPRONÚNCIA. ACÓRDÃO MANTIDO POR SEUS FUNDAMENTOS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. Para a jurisprudência deste Superior Tribunal, se a desclassificação da conduta pelo juiz da pronúncia ocorre porque cristalina e indubitosa a certeza quanto à inexistência de animus necandi, não há falar em usurpação da competência constitucionalmente atribuída ao Tribunal do Júri.

2. Não é possível o conhecimento de recurso especial que visa à reforma de acórdão pelo qual se desclassificou o delito de homicídio doloso para culposo, na hipótese em que o Tribunal a quo, analisando as circunstâncias concretas do caso, concluiu no sentido de existir culpa e não dolo, seja direto ou eventual, e o recorrente sustenta a existência de dolo eventual. Isso porque concluir de forma contrária implicaria reexame fático-probatório, o que atrai a Súmula 7/STJ.

3. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1.567.557/GO, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 04/02/2016, DJe 23/02/2016, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. DESCLASSIFICAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

I - Esta Corte possui entendimento jurisprudencial firme no sentido de que [...] só se admite a desclassificação da conduta criminosa para delito estranho à competência do Tribunal do Júri, sem usurpação da competência do Conselho de Sentença, se o Juízo da Pronúncia se deparar com provas que evidenciem, sem qualquer esforço de análise das circunstâncias fáticas ou subjetivas, a ausência de dolo caracterizador de crime contra a vida [...] " (EDcl no AgRg no REsp n. 1.359.451/MT, Quinta Turma, Rel^a. Min^a. Laurita Vaz, DJe de 12/6/2013, grifei).

II - Neste caso, o eg. Tribunal de origem, apreciando detalhadamente o conjunto probatório carreado aos autos, concluiu pela inexistência de elementos capazes de sustentar a tese acusatória de que o crime foi cometido dolosamente, desclassificando-o para a modalidade culposa e, na sequência, declarando extinta a punibilidade pela prescrição. Para modificar tais conclusões, é indispensável novo e aprofundado exame do conjunto fático-probatório, providência que não se coaduna com a estreita via do recurso especial, a teor do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 852.994/RS, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em

Superior Tribunal de Justiça

03/08/2017, DJe 10/08/2017.)

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator